

Fontes Históricas: cotidiano e história por meio dos periódicos

Clarice Garcia Barbosa, USP¹

Resumo

O artigo procura refletir a partir da revolução realizada pelo *Annales*, em 1929, e o consequente alargamento do conceito de fonte histórica, a importância dos jornais diários para a reconstituição do cotidiano na pesquisa histórica. As relações de proximidade entre as áreas de História e Jornalismo autoriza seus usos possíveis. Para isso, faz-se um breve apanhado da história do movimento *Annales*, suas ideias, seus principais artífices, e o que representou este movimento para a ciência histórica. O seu antes e depois do *Annales*. Também se adentra o universo das pesquisas na área da Comunicação Social para extrair as opiniões a respeito desta relação e seus possíveis usos.

Palavras-chave: Fontes históricas, *Annales*, Jornalismo, Cotidiano.

Abstract

The article seeks to reflect from the revolution carried out by the *Annales* in 1929, and the consequent extension of the concept of historical source, the importance of the daily newspapers for the reconstitution of daily life in historical research. The relations of proximity between the areas of History and Journalism allows their possible uses. In order to do so, a brief survey of the history of the *Annales* movement, its ideas, its main architects, and what this movement for historical science represented. Its before and after the *Annales*. Also, the universe of research in the area of Social Communication goes to extract the opinions about this relation and its possible uses.

Keywords: Historical sources, *Annales*, Journalism, Daily life.

Annales, uma outra história foi possível

É consenso entre os historiadores o reconhecimento dos avanços teóricos e metodológicos proporcionados pela Escola dos *Annales*. Sejam os que defendem a primeira, segunda, ou terceira geração, todos, não há dúvidas, reconhecem a sua importância para o avanço da pesquisa histórica.

Peter Burke que a denominou a Revolução Francesa da historiografia e prefere referir-se a ela enquanto um movimento heterogêneo e não como uma Escola, pois acredita ser importante demarcar as divergências entre seus membros e o seu desenvolvimento no tempo. Afirma que embora esta revolução tenha ocorrido na França e sob uma perspectiva francesa. O *Annales* mudou a maneira de se escrever a História no século XX (BURKE, 1991, p. 12).

Esta mudança teórico-metodológica que se verificou profunda em relação a história tradicional só foi possível devido a união do *Annales* às ciências sociais e a sua nova

¹ Bacharel em Comunicação Social: Habilitação Jornalismo (UCPEL). Licenciada em História (FMU). Mestranda no Departamento de História Econômica (FFLCH), da Universidade de São Paulo. E-mail: claricegb@gmail.com.

representação do tempo histórico. Pois sendo ele a base e o centro de toda a reflexão sobre a pesquisa histórica. Ao mudar a sua perspectiva, criou-se uma outra história. Mesmo havendo divergências, Bloch, Febvre e Braudel, expoentes máximos dessa renovação metodológica, o conceberam sob a perspectiva da longa duração.

Enquanto Bloch e Febvre introduziram uma nova temporalidade histórica, percebendo-a como permanente e durável. Recusando apreender a história apenas sob a perspectiva da mudança. Braudel desenvolveu o conceito da longa duração, que é estrutural e também traz a ideia de continuidade (REIS, 2000, p. 14-21).

Jacques Le Goff, um dos principais representantes da terceira geração. Ao tratar dos problemas, dos êxitos, e os novos anseios da História Nova. Também reconhece a forte e importante atuação de Bloch, Febvre e Braudel. Segundo ele, hoje, não há mais limites para a expansão da pesquisa histórica. A interdisciplinaridade defendida por eles alargou o campo de atuação da história. Toda e qualquer investigação passaram a ser possíveis. O arquivo do historiador e o conceito de fontes históricas foram ampliados (LE GOFF, 1988, p. 11). José Carlos Reis em conformidade ressalta que:

A documentação será agora relativa ao campo econômico-social-mental: é massiva, serial, revelando o duradouro, a longa duração. [...]. Os documentos não são mais ofícios, cartas, editais, textos explícitos sobre a intenção do sujeito, mas listas de preços, de salários, séries de certidões de batismo, óbito, casamento, nascimento, fontes notariais, contratos, testamentos, inventários. A documentação massiva e involuntária é prioritária em relação aos documentos voluntários e oficiais. Todos os meios são tentados para se vencer as lacunas e silêncios das fontes. (REIS, 2000, p. 23).

Se no passado o acesso aos documentos oficiais podia significar estar diante da verdade dos fatos. Hoje, pós-*Annales*, representa apenas mais um entre tantos documentos importantes a serem recolhidos pelo historiador. E como todos, precisam ser analisados e confrontados. As fontes também possuem história, não são isentas de interesses. Há que se levar em conta as intenções do autor e de quem as seleciona. Documentos que podem ser importantes para uma pesquisa de caráter oficial de nada ou pouco servem a uma pesquisa cujo objetivo é reescrever de maneira progressista o passado. Ao contrário dos antigos historiadores que apenas narravam os fatos e os registravam tal qual aconteceu. Hoje, os historiadores do presente têm como principal meta interrogar minuciosamente os testemunhos do passado. Para interpretá-los cada vez melhor.

A neutralidade e a objetividade dos documentos, diante de tantas mudanças, foram colocadas à prova. A análise do testemunho cercou-se de alguns cuidados. Entre os quais a

necessidade de verificar a impostura por meio do embuste. As falsificações não apenas sobre autor e data, mas seu conteúdo. Não basta constatar as adulterações ou as mentiras, é preciso fazê-los falar. Descobrir as inverdades. Há que se procurar o mentiroso e suas motivações. Os testemunhos involuntários e, principalmente, os voluntários, a partir de então passaram a ser cuidadosamente interrogados. Não se aceita mais de maneira ingênua o que dizem e tampouco, precipitadamente, os creem mentir (BLOCH, 2001, p. 95-98).

O avanço das pesquisas históricas trouxe, portanto, entre tantas mudanças, a preocupação em interrogar melhor os documentos. Estes vestígios deixados pelo homem. Assim privilegia-se cada vez mais os de caráter involuntário. Não porque estes sejam mais confiáveis que os outros, mas como explica Bloch:

[...] esses indícios que, sem premeditação, o passado deixa cair ao longo de sua estrada não apenas nos permitem suplementar esses relatos, quando estes apresentam lacunas, ou controlá-los, caso sua veracidade seja suspeita; eles afastam de nossos estudos um perigo mais mortal que a ignorância ou a inexatidão [...]. Sem seu socorro, com efeito, [...] veríamos inevitavelmente o historiador, [...], logo tornar-se prisioneiro dos preconceitos, das falsas prudências, das miopias de que a própria visão dessas gerações sofrera. (BLOCH, 2001, p. 78-79).

Por isso a observação jamais pode ser passiva. Diante do documento o historiador não apenas deve saber o que perguntar, mas precisa saber avaliar as respostas obtidas.

Todo este contexto de mudanças proporcionado pelo *Annales* a partir de 1929, por não ter sido homogêneo, costuma ser dividido em três fases distintas. A primeira caracterizou-se pelo rompimento com a história tradicional, positivista. A segunda distinguiu-se pelos novos conceitos de estrutura, conjuntura e o desenvolvimento, por Braudel, do método da longa duração. A terceira fase, de 1968 em diante, assinala a fragmentação. O abandono da rigidez e a adoção de uma postura mais aberta. Contudo, das três fases, o mais significativo:

[...] foi expandir o campo da história por diversas áreas [...] abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. (BURKE, 1991, p. 126).

Foi a 3ª geração do *Annales* quem mais ampliou e explorou as potencialidades da união entre história e ciências sociais. O que fez a prática historiográfica ser alterada significativamente nas décadas finais do século XX. Possibilitando o surgimento de novos objetos, problemas e abordagens (DE LUCA, 2005, p. 112).

Dentre os novos temas e objetos têm-se a história das mulheres, das crianças, dos jovens, das mentalidades etc. Já as novas abordagens não apenas reafirmaram como alargaram

a união da história as demais ciências. Houve uma maior proximidade com a etnologia, a antropologia, a psicanálise, a linguística, a sociologia, a comunicação social, a economia etc.

Seja para o bem ou para o mal. Dentro deste contexto de efervescência intelectual, a terceira geração introduziu e continua a introduzir mudanças quando se trata da pesquisa histórica. Chega até mesmo a se pensar em uma descaracterização do projeto inicial. Visto que a proposta primeira, fora a de uma história total, e o que se tem hoje, na acepção colocada por François Dosse, é uma história fragmentada, em migalhas.

Ainda de acordo com o autor, esta história atualmente desenvolvida e endossada pela direção do *Annales*, caracteriza-se pela sua decomposição. Pela perda do seu poder de síntese. Uma história que se contenta em apreender da totalidade do seu objeto, uma simples parcela do real. Indiferente a uma conexão racional dos múltiplos objetos. E ele afirma: “Não existe mais a história, mas, as histórias. Trata-se da história de tal fragmento do real e não mais da história do real.” (DOSSE, 2003, p. 269).

Quanto ao estágio pelo qual passa o movimento atualmente. Acredita-se que desde 1988 ele vivencia uma nova fase. Esta, o que seria uma quarta fase, se caracterizaria pela necessidade de rever antigas posições. Isto porque, o alargamento epistemológico produzido com a união às ciências sociais trouxe a fragmentação dos estudos históricos. Esta dispersão estaria ligada a uma imprecisão dos limites na relação entre história e ciências sociais. Precisaria, portanto, serem redefinidos e melhores ajustados esses limites (REIS, 1991, p. 127-128).

Convergência, recomendava Braudel, já em 1958, como meio de resolver a crise por qual de tempos em tempos passa a ciência dos homens. Crise que, na sua opinião, se dá por ela aceitar complacentemente a interferência de sua vasta vizinhança. Entendia ele ser necessário encontrar um ponto em comum para que a reunião entre as ciências sociais e a história fosse completa, sem diminuir uma e outra (BRAUDEL, 1990, p. 7-8).

Febvre do mesmo modo alertava para a necessidade da reunião respeitosa com as demais ciências, sem resvalar para a abstração. Pois ele afirmava e reafirmava, a história é, e será sempre, a ciência do homem, não dos conceitos ou teorias. E fazendo alusão a um mundo permeado de eletricidade lançava a seguinte metáfora, segundo ele, deveria o historiador:

[...] fazer passar as correntes pelo fio, as suas interferências, os seus curto-circuitos nos forneceria finalmente todo um conjunto de imagens que se inseririam com muito mais maleabilidade no quadro dos nossos pensamentos. (FEBVRE, 1989, p. 35).

Na mesma direção Bloch afirmava que o futuro da história é o trabalho em equipe.

Entretanto, um trabalho realizado em comum acordo. Pois a única maneira do historiador dar conta tecnicamente de tantas competências necessárias para a escrita da história, seria a substituição das múltiplas aptidões por: “uma aliança [...] voltada para a elucidação de um tema único.” (BLOCH, 2001, p. 81).

Os limites da interdisciplinaridade, logo, apresentam-se como o grande desafio a ser enfrentado pela História. É uma questão antiga e faz parte do debate teórico-metodológico entre os historiadores. Dele suscita as várias correntes que hoje permeiam a pesquisa histórica. Contudo, neste momento de crise, quando se procura repensar a relação da História com as Ciências Sociais e sua eficácia. É importante ouvir o que Reis tem a dizer:

No plano geral, a interdisciplinaridade continua sendo a orientação central; “reunir os saberes” continua sendo o centro do projeto dos *Annales*; mas como ela deve ser praticada sem que a história perca sua identidade, eis o que precisa ser definido. A interdisciplinaridade é uma unidade de uma multiplicidade, é um olhar comum e múltiplo. Se antes o lado comum era o mais acentuado, agora, será a especificidade de cada olhar, sem perder o horizonte de convergência, que é enfatizada. (REIS, 1991, p. 128).

Este olhar comum e múltiplo, o presente artigo se soma aos que acreditam que a história pode encontrar relacionando-se com o jornalismo. Ambos têm entre muitos aspectos em comum dois que talvez sejam essenciais para esta união acontecer. O primeiro caracteriza-se pela relação próxima com a temporalidade. Os dois transitam no tempo, mesmo sendo a especificidade de um o presente e do outro o passado. Segundo, diz respeito a própria escrita. Ao construírem suas narrativas realizam uma “operação” que resulta na escolha das fontes e redistribuição do espaço (CERTEAU, 2011, p. 70). Isto é, tanto o historiador quanto o jornalista têm por regra separar para reunir e transformar em documentos determinados objetos distribuídos de outra maneira.

A capacidade de perceber e tratar o cotidiano, torna o trabalho dos jornalistas uma importante ferramenta para as atuais pesquisas históricas. Pois contribuem para que se possa verificar as ações e práticas passadas e a partir desse conhecimento melhor interpretar o processo histórico e suas complexas relações.

História e Jornalismo: uma relação confiável?

Como dito anteriormente, foi a terceira geração do *Annales* que sacramentou o uso dos periódicos e mostrou a sua versatilidade enquanto fonte histórica. Isto porque, é importante ressaltar, mesmo o *Annales* tendo como uma de suas preocupações expandir as possibilidades

das fontes históricas. Introduzindo avanços e inovações no modo de qualificar os documentos. Em se tratando da utilização dos jornais, havia uma grande desconfiança.

Marc Bloch, por exemplo, tinha opinião muito descrente dos jornais. A imprensa no geral, segundo ele, se caracterizaria por ser uma fonte nada confiável. Por isso seu uso devia ser cercado de muitos cuidados. Ele compara estes “geradores de mentiras” à estética falaciosa que influenciou fortemente a historiografia antiga e medieval. A imprensa contemporânea, dizia ele, não se mostra muito diferente. O texto jornalístico se presta facilmente à manipulação. Até mesmo as condições técnicas acabam por favorecer tais deformações. Neste sentido, argumenta:

Certamente erros tão crassos são excepcionais. Mas nada há de inverossímil em supor que, para andar mais rápido – pois antes de tudo é preciso que a edição saia a tempo -, as reportagens de cenas esperadas sejam às vezes preparadas antes da hora. Quase sempre, estejamos certos o rascunho, depois da observação, será modificado [...] em todos os pontos importantes. (BLOCH, 2001, p. 101-102).

Precisou tempo e estudo para que os periódicos passassem a ser vistos, tendo-se os cuidados necessários, como uma fonte confiável para o trabalho do historiador. Este precisou aprender a lidar de maneira menos ingênua com esta ferramenta. Entender teórica e metodologicamente seu funcionamento.

No Brasil, se Gilberto Freyre foi o pioneiro em reconhecer os jornais diários como fonte útil para a compreensão do passado. Os historiadores materialistas, dentre os quais os brasileiros, foram talvez os primeiros a acumular uma longa experiência e tradição. Marx e Engels, por exemplo, fizeram uso desta ferramenta.

Todavia, pesquisadores da atualidade não se cansam de advertir para as armadilhas em que se pode cair um historiador desatento. Marialva Barbosa, estudiosa da relação entre jornalismo e história, ressalta a importância de se observar a materialidade dos impressos, ou seja, verificar quem os escreve e por quê? Os atores envolvidos e a quem se dirigem? Isto porque, ela lembra, jornalismo não é história, tampouco a realidade em si. O que ele faz é juntar partes do presente e passado como sendo uma totalidade (BARBOSA, maio/agosto 2012, p. 462).

O importante quando do uso dos registros jornalísticos é estar atento aos motivos que se levou a registrar e unir em uma totalidade, determinadas partes do passado e outras não. Saber ler nas entrelinhas, procurar pelo não dito. Para o bom uso dos jornais estes cuidados são imprescindíveis.

No artigo intitulado *Imprensa e Golpe de 1964: entre o silêncio e memórias de fatias do passado*. Barbosa mostra o quanto os profissionais da mídia a partir da sua experiência com o texto e mediante seleção dos fatos podem criar realidades.

Ao analisar a atuação da imprensa durante a vigência do golpe de 1964 e a sua complexa relação com o regime. A autora revela o trabalho seletivo realizado. As estratégias utilizadas pelos jornalistas no intuito de produzir uma memória comum do grupo. A preferência por imagens e fatos que ressaltassem os valores profissionais em detrimento dos que poderiam macular a sua atuação.

As ações da imprensa durante o golpe de 1964, assegura, não se caracterizaram apenas pela resistência dos seus profissionais e algumas empresas. Tampouco foi uma consentida autocensura pelo silêncio em relação à violência produzida pelo regime, ou pela aproximação com a cúpula do poder. Há, também, um discurso construído permeado de justificativas no qual visa o futuro. E intrínseco a ele destaca-se: a preservação do emprego, o respeito a hierarquia. Mas, o que fazem questão de destacar é a coragem individual de alguns jornalistas que cumpriram seu papel preservando o valor máximo da profissão, a luta pelas liberdades democráticas (BARBOSA, Jan./Jun. 2014).

Neste sentido, a autora critica a adoção da categoria “lugar de memória” para o estudo das mídias, porque deixa-se de fazer a separação entre memória e história. Sua tese é de que os meios de comunicação procuram um lugar na história e não na memória. É preciso estar atento as intencionalidades, e ela explica:

A partir do nível declaratório do testemunho, produzem uma versão do acontecimento com pretensão a ser desde sua construção uma espécie de arquivo para a história. Portanto, se pudesse ser feita algum tipo de generalização, o que os meios de comunicação fazem é produzir uma memória presumidamente válida e comum, inserindo-a na história e não na memória. (BARBOSA, Abr./Jul. 2016).

Porque o perigo está em se pensar que a construção da história se dá a partir da ação da mídia, mediante disputas que se operam no espaço da comunicação para forjar quadros de memória. Se fosse correto, os meios de comunicação ao realizar uma “operação midiográfica” seriam eles, portanto, a darem espessura a história e a configurarem também um lugar de memória.²

² O conceito denominado “operação midiográfica”, utilizado por Marialva Barbosa, foi formulado por Sonia Maria de Meneses Silva. Segundo Silva, esta operação ocorre a partir da relação entre mídia, história e memória. Uma complexa operação realizada pelos meios de comunicação cujo resultado final seria uma escrita da história. Silva, neste sentido, faz alusão ao conceito “operação historiográfica” formulado por Michel de Certeau.

Barbosa, no entanto, reconhece que há, sem dúvida, uma articulação possível entre história e jornalismo. Dada a capacidade dos periódicos de selecionar fatos e registrá-los para o futuro, estes passam a ser os “senhores da memória”. Entretanto, ela adverte, não se pode deixar de perceber o jogo dialético que se estabelece entre lembrança e esquecimento. Pois ao afirmar que os jornalistas selecionam, implicitamente, também se afirma que eles deliberadamente procuram esquecer outros fatos que não acreditam serem relevantes. O mesmo vale para os historiadores, que a partir da seleção dos documentos podem criar “verdades” históricas.

História e Jornalismo: os usos possíveis

O uso dos jornais para o conhecimento do cotidiano não é recente. Já no século XIX há exemplos de importantes trabalhos. Este século representa a expansão da imprensa no mundo, e se tratando do Brasil, com a vinda da família real portuguesa, representa a introdução da imprensa em terras brasileiras. Após sua entrada em 1808, por mais de um século e meio os periódicos tiveram – e acredito que ainda tenham, levando-se em conta a situação atual do país – uma profunda influência nas diretrizes sociais, políticas e econômicas da nação. Sua influência de caráter liberal permeou os debates da sociedade brasileira. Matías Molina em sua *História dos Jornais no Brasil*, afirma terem sido eles: “[...] os principais meios de comunicação e de formação da opinião pública, e praticamente os únicos. Eram o fórum de debates do país, a ágora onde se discutiam os principais temas.” (MOLINA, 2015, p. 18).

Não é por acaso que Gilberto Freyre quando resolveu pesquisar as características de personalidade e constituição física dos africanos trazidos para o Brasil, tenha utilizado fartamente os jornais diários. E o fez com as edições de 1825-1888, dos dois mais antigos e influentes jornais do Brasil: *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*. Estes periódicos, na opinião de Freyre: “[...] refletiram, sem interrupção, a economia e a vida patriarcais do Império.” (FREYRE, 2012, p. 38).

A obra de Freyre, *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, da década de 30. É um bom exemplo, além de pioneira, para se mostrar os usos possíveis dos jornais para a pesquisa histórica. O historiador, e não apenas o social como afirmou Freyre, consegue através das páginas diárias dos jornais, acompanhar o cotidiano da sociedade. O seu desenvolvimento no tempo. Nos jornais há mais do que embates políticos. Seus anúncios, por exemplo, podem nos ajudar a compreender as mudanças sociais e econômicas em curso.

Neles pode-se perceber os novos hábitos e costumes que eram introduzidos no país. Freyre explica:

Através de já seculares e sucessivos anúncios de jornais, pode-se avaliar sucessivas transformações sociais no Brasil causadas por importações de artigos de várias espécies, modificadores de rotinas tradicionais: o transporte só pela vagarosa rede conduzida por escravos, substituído por veículos ingleses, puxados a cavalos, ágeis e elegantes, por exemplo; um maior uso do pão de trigo; um maior uso de metais sofisticados na cozinha e na mesa; a substituição, nas casas de residência, dos abalcoados de origem árabe por janelas de vidro. (FREYRE, 2012, p. 10).

Mas os jornais não trazem à superfície apenas boas notícias e peculiaridades. Há neles, e em especial nos do século XIX, uma triste comprovação. Os maus tratos praticados contra os escravos. Nos anúncios de jornais do século XIX, as cicatrizes e mutilações sofridas por homens, mulheres e crianças escravizados são descritas de maneira clara e precisa. O que fez Freyre rever sua tese sobre terem sido “doces” as relações senhor/escravo no Brasil. A partir da leitura dos anúncios de jornais, ele reconhece a dureza e brutalidade do escravismo português brasileiro, e afirma: “A benignidade nas relações de senhores com escravos, no Brasil patriarcal, não é para ser admitida, é claro, senão em termos relativos. Senhor é sempre senhor” (FREYRE, 2012, p. 12).

Mas, ao mesmo tempo, reafirma sua tese de que tal dureza é intrínseca ao sistema patriarcal. E assim ele justifica: “esse patriarca que punia [...] os escravos punia igualmente os filhos. [...]. O castigo ao escravo, como o castigo ao filho de família, fazia parte de um sistema de educação, de assimilação e de disciplina – o patriarcal.” (FREYRE, 2012, p. 37).

O trabalho de Freyre abriu portas pelas quais passaram e ainda passam muitos historiadores. Dos culturalistas aos materialistas, todos percebem os jornais como uma importante fonte histórica.

Entretanto, ele tinha clareza das limitações e armadilhas que os jornais assim como todas as demais fontes utilizadas sem critério ou discernimento podem ocasionar. Mesmo sendo uma fonte riquíssima, ele aconselhava que a usassem desde que: “[...] como expressão de recorrências ou de regularidades, vendo neles o típico em contraste com o atípico.” (FREYRE, 2012, p. 39).

Outras duas importantes obras que mostram a versatilidade dos jornais são: *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, respectivamente de Engels e Marx. Ambas escritas no século XIX.

Friedrich Engels em seu livro, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, escrito em 1845. Nos dá um bom exemplo de como deve ser utilizada a imprensa na pesquisa histórica. Sabendo da linha editorial e o que defendia cada uma das publicações utilizadas. Usou deste conhecimento para dar maior credibilidade ao seu relato sobre as condições de vida da classe operária industrial. Para tanto, recorreu às publicações de caráter liberal, e assim ele justificou: “[...] agrada-me recolher os testemunhos de meus adversários.” (ENGELS, 2010, p. 111).

Do *Liverpool Mercury*, por exemplo, jornal da classe média inglesa, ele extraiu informações sobre a adulteração dos alimentos pelos fabricantes. Do *Manchester Guardian*, jornal fundado em *Manchester*, em 1821, e considerado primeiro porta-voz dos livre-cambistas, depois o órgão do Partido Liberal, ele extraiu as informações sobre os casos de condenações de onze açougueiros por venda de carne imprópria para consumo. São publicações identificadas com a ordem capitalista e que sem outra alternativa, mesmo suavizando os fatos, é obrigada a relatar em suas páginas as agruras a que está submetido o trabalhador diante de um sistema defendido pela maioria dos proprietários de jornais.

Mas Engels não se valeu apenas da mídia tradicional, pois esta pouco falava da organização e movimentos da classe trabalhadora. Ele também fez uso das publicações da mídia alternativa vinculadas à classe operária. Uma das publicações muito utilizada foi o jornal *Northern Star*. Semanário fundado em *Leeds*, 1838, e primeiro jornal do movimento cartista. Segundo ele: “[...] o único jornal que noticia todos os movimentos operários.” (ENGELS, 2010, p. 259).

Uma das características de quem trabalha com jornais como fonte histórica, é a preocupação em indicar caminhos para melhor explorar as potencialidades desta versátil ferramenta. Interrogar sempre, confrontar os testemunhos, identificar as reais intenções de quem escreve, parecem ser a chave para evitar os erros. Em seu trabalho, Engels não fez diferente. Em um certo momento da sua pesquisa, folheando os jornais de *Manchester* para obter mais informações sobre o que acontecia na cidade. Ele observa que nem sempre os jornais locais se preocupam em aprofundar as notícias sobre a sua região, sendo elas comprometedoras para a classe que mantém o jornal. Este quase sempre aprofundará as notícias de outras regiões. Neste sentido, ele faz o seguinte comentário:

Entre os vários jornais ingleses que tenho ao alcance da mão, tomo um ao acaso: o *Manchester Guardian*, de 30 de outubro de 1844, que dá notícias dos últimos três dias. Ele não se empenha em oferecer informações precisas

de Manchester [...]. As notícias sobre os arredores são mais detalhadas. (ENGELS, 2010, p. 169).

O trabalho realizado por Engels é importante pelo seu conteúdo histórico, mas também traz em si um bom exemplo de metodologia a ser adotada no manejo das fontes jornalísticas. Quando ele queria dar ênfase às suas críticas sobre a situação precária em que vivia a classe operária industrial urbana, ele não apenas recorria aos fatos relatados nos jornais liberais, como procurava complementar com os relatórios e críticas publicadas pelos políticos conservadores. Porém, quando sua intenção era criticar a situação do trabalhador camponês, buscava as opiniões e argumentos publicados pelos políticos liberais. Ele se valeu da luta pelo poder travada na imprensa entre os dois principais partidos da Inglaterra. Para trazer a público, da maneira mais verdadeira possível, a real condição do proletariado inglês.

Karl Marx, assim como Engels, para escrever sua análise sobre o golpe de Estado de Luís Bonaparte, também recorreu aos periódicos. Utilizou-os afim de ter mais subsídios para confirmar sua tese. De que o golpe de Estado realizado por Bonaparte foi consequência da internacionalização dos interesses da burguesia financeira. Segundo ele, que melhor fonte para se pesquisar o que pensavam e queriam? Nesta passagem ele faz a seguinte explicação: “Refiro-me, [...], ao [...] *The Economist*, que já a 29 de novembro de 1851, ou seja, quatro dias antes do golpe de Estado, apresentara Bonaparte como o “guardião da ordem” (MARX, 1978, p. 386).

Os editoriais e séries de reportagens do *The Economist* – um jornal inglês identificado com a aristocracia financeira – escritos por seu correspondente em Paris. Foi um excelente observatório para Marx avaliar os reais interesses envolvidos no golpe de novembro de 1851, e mostrar a força e interferência de uma publicação inglesa, nos desdobramentos político-econômicos da sociedade francesa. Comprovando já estarem, em meados do século XIX, internacionalizados os interesses da burguesia financeira.

Os estudos de Freyre, Engels e Marx mostram o quanto os jornais podem ser versáteis como fonte histórica. Já a credibilidade, esta estará sempre ligada à seleção criteriosa das fontes e a um duro, mas, respeitoso interrogatório.

Os periódicos e a organização dos trabalhadores livres: um estudo de caso

Após se ter falado muito sobre a utilidade dos impressos para a pesquisa histórica, faz-se necessário realizar um estudo de caso. O caso em questão é o limiar da organização da classe operária paulista.

Há, atualmente, em nossa historiografia do trabalho, quando se trata das Associações Mutualistas, duas correntes que divergem entre si. A tradicional entende que as mutuais são uma particular manifestação de organização dos trabalhadores, precursora do sindicalismo. A mais recente, em oposição a tradicional, procura ressaltar o mutualismo como um meio do trabalhador garantir segurança na adversidade e que, portanto, seria uma associação pluriclassista. As duas abordagens, entretanto, segundo Claudio H. M. Batalha (2010), deveriam convergir e não divergir. Pois podem, ao se complementarem, fornecer uma compreensão mais profunda sobre essas instituições.

As notícias veiculadas no jornal *A Província de São Paulo*, de 1876, nos permitirá verificar os motivos que levaram os trabalhadores a se organizarem e, ao mesmo tempo, o quanto tem de verossímil as duas abordagens.

Em tom de grande admiração, a notícia veiculada no dia 14 de junho de 1876, nos dá a saber de uma festa promovida pelos funcionários da Oficina de Marcenaria a Vapor. Quatro ou cinco funcionários de várias nacionalidades, para homenagear um dos proprietários do estabelecimento e o santo homônimo, promoveram uma festa de Santo Antônio, com direito a tochas e procissão pelas principais ruas da cidade. Neste mesmo dia, os trabalhadores tomados pelo entusiasmo, decidem criar uma Associação de Socorros Mútuos³.

Esta notícia inicialmente apenas confirma algumas informações já assentadas por nossa historiografia social do trabalho. A presença da mão de obra imigrante e a prioridade da mesma para a contratação. É fato que os trabalhadores nacionais não foram de início incorporados ao mercado de trabalho paulista. Lúcio Kowarick, em seu livro *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*, já afirmava que: “[...] os imigrantes foram canalizados para as regiões dinâmicas do café e constituíram a maior parte do proletariado que operava as máquinas da nascente e próspera indústria.” (KOWARICK, 1994, p. 14).

Mas ela também nos traz um fato importante e que deve ser destacado. A festa ter sido saudada como uma festa do trabalho, e a primeira em seu gênero na capital. Sabe-se que uma das características das sociedades escravocratas é a aversão ao trabalho manual, e o desrespeito ao trabalhador. Entretanto, o editorialista ao encerrar a notícia expressando com tal ânimo o seguinte: “Viva a festa do trabalho! Vemos em taes factos, e com muito interesse, a aurora do trabalho livre, que a pouco e pouco affeição-se em nossa terra”⁴. Corroborar o que vem sustentando nossa historiografia, ou seja, da pertinência de se falar em classe operária em período anterior a abolição da escravidão. Isto porque, e as notícias confirmam, no último

³ *A Província de São Paulo*, 14 /6/ 1876. Anno II, nº 417

⁴ *A Província de São Paulo*, 14 /6/ 1876. Anno II, nº 417.

quartel do século XIX, não apenas era grande a movimentação e organização da classe trabalhadora livre como esta vinha aos olhos da sociedade se valorizando cada dia mais.

O conflito ocorrido no dia 5 de janeiro do mesmo ano em Mogi das Cruzes, entre trabalhadores e o engenheiro responsável pela construção da linha férrea. Nos dá uma mostra dessa postura mais ativa dos trabalhadores livres frente a seus empregadores, mesmo em um contexto fortemente marcado pela escravidão. Ao mesmo tempo que alude para a desconfiança que existia por parte dos mesmos com a classe patronal, e esta fica evidente diante da justificativa dos trabalhadores para o motim:

[...] estes declararam que não pretendiam fazer violência alguma; que achavam-se reunidos, porque o sr. Dulley os havia despedido, e eles julgavam que, despedidos, deviam ao mesmo tempo ser pagos. Assertado em que viessem a capital para receberem aqui seus salários no dia seguinte, a isso anuíram, e de facto vieram naquela mesma tarde pelo trem das 5 horas, ficando assim apaziguada a questão.⁵

Robert Conrad ao estudar os últimos anos da escravidão no Brasil, afirma que no último quartel do século XIX ainda era forte a desconfiança dos proprietários para contratar o trabalhador nacional, e por outro lado, o trabalhador preferia sua precária existência a se sujeitar aos maus tratos, falta de pagamento e a serem identificados como escravos (CONRAD, 1975, p. 52).

Daí os trabalhadores da linha férrea reivindicarem e insistirem no pagamento imediato após serem dispensados. Pois não existiam garantias, a não ser a promessa feita, de que receberiam pelo trabalho realizado, e toda esta desconfiança faz sentido quando se verifica que o pagamento de salário só passou a ser usual nas primeiras décadas do século XIX, e, apenas em 1866 irão surgir “[...] referências ao pagamento de salários a todos os operários de uma fábrica têxtil.” (HARDMAN & LEONARDI, 1982, p.114). Portanto, ainda eram muito frágeis a situação do trabalhador livre perante a classe patronal cuja mentalidade era marcada pela escravidão.

Situação frágil que bem pode ter sido o motivo para a classe trabalhadora se organizar, afim de ter condições de fazer frente as arbitrariedades dos empregadores. Consta segundo o jornal *a Província de São Paulo*, que no ano de 1876 foram criadas quatro associações de trabalhadores, além da já citada Associação dos Operários da Oficina de Marcenaria a Vapor, têm-se também: a Associação dos Escrivães da Província de São Paulo; a Associação dos Guarda-livros; a Associação Typographica Paulistana.

⁵ *A Província de São Paulo*, 06/01/1876. Anno II, nº 290.

A Associação dos Escrivães da Província de São Paulo, instalada no dia 18 de abril do mesmo ano, é um caso clássico de associação que mais tarde se constituiria em sindicato. Suas intenções iam além do auxílio mútuo na adversidade. Sua ação, classista, voltava-se para a luta por melhores condições de salário e vida. Diferente dos marceneiros, os escrivães eram funcionários públicos, mais especializados e pertenciam as camadas mais elevadas da sociedade, entretanto, não estavam isentos das arbitrariedades. Isto fica evidente no motivo de sua criação, que era “pugnar pelos interesses da classe”⁶. Em reunião no dia 15 de junho o presidente interino ao se reportar aos associados, deixava ainda mais nítido tal objetivo, dizia ele:

Senhores corre-me o dever de expor-vos os motivos e a maneira porque achamo-nos aqui reunidos. O governo imperial reconhecendo a necessidade de aumentar as custas dos empregados de justiça, reformando o Regimento de custas de 1855, deu-nos o de 1874. Este Regimento foi por muito considerado excessivo, e o governo imperial, querendo atender aos que assim o julgaram, fez baixar o decreto nº5902, [...], alterando os artigos 39, 112 a 113 do mesmo Regimento. A alteração dos artigos 112 a 113 veio reduzir a classe dos escrivães, a mais desprotegida, a muito peiores condições pecuniárias do que, quando regida pelo Regimento de 1855. Este corte de morte, dado somente nesta classe, trouxe-lhe a ruína e o desgosto. A ruína e o desgosto, portanto, senhores trouxeram-nos a esta sala. Para o fim de reclamarmos dos poderes competentes nossos direitos tão gravemente ofendidos.⁷

Diante dos fatos obtidos a partir da leitura do jornal a *Província*, o que se depreende é que as duas abordagens que tratam das associações mutualistas têm razão. Pois se a associação pretendida pelos marceneiros teve como princípio a confraternização e auxílio, a dos escrivães paulistas foi motivada por melhores condições de salário e vida, e nada impede que ambos os interesses pudessem ser compartilhados pelas duas associações. Não se constitui um erro focar na abordagem tradicional ou na atual, porém, seria mais produtivo, buscar uma análise que procurasse compreender a organização da classe operária de maneira holística. Claudio Batalha (2010) tem razão em afirmar que há mais convergência do que divergência entre as duas abordagens, isto porque, ele explica:

No século XIX, ou, pelo menos, durante o Império, diversas sociedades mutualistas foram mais do que mutualistas e cumpriram funções que poderiam ser chamadas de sindicais, zelando por salários e condições de trabalho e empreendendo ações para alcançar suas reivindicações. (BATALHA, 2010, p. 17).

⁶ A *Província de São Paulo*, 20 /4/ 1876. Anno II, nº 371.

⁷ A *Província de São Paulo*, 15/6/ 1876. Anno II, nº 418.

Considerações finais

A virada teórico-metodológica realizada pelo *Annales*, com sua ênfase na interdisciplinaridade, possibilitou a incorporação de novos temas e abordagens. O que contribuiu para se conhecer um cotidiano histórico até então desconhecido e inexplorado. A união da história com o jornalismo, dentro deste contexto de alianças, corrobora a ideia, já há muito defendida por Bloch, Febvre e Braudel, da necessidade de se somar forças para a escrita da história. Este auxílio mútuo e respeitoso entre as duas ciências permite trazer à superfície o dia a dia do homem comum. Aquele que por uma série de motivos, entre os quais, a sua humilde condição, não pôde deixar registrado os seus atos.

O jornal diário no Brasil mesmo sendo considerado, até meados do século XX, uma fonte elitista. Ele, contudo, deu voz a homens e mulheres comuns. Estes, por meio dos periódicos, puderam deixar registradas suas versões dos fatos e nos dar uma amostra de como pensavam e sentiam suas realidades. Como exemplo, vimos o caso, no século XIX, dos trabalhadores da linha férrea de Mogi das Cruzes. E este é, talvez, um dos grandes diferenciais desta fonte quando comparada aos documentos tradicionais. Por conta da sua natureza, ela fornece mais do que as histórias ou memórias pessoais das camadas abastadas da sociedade. Pois permite um olhar coletivo, diversificado, plural.

Portanto, se houve dúvidas quanto ao uso dos jornais para se compreender melhor o passado, hoje, ela não mais existe. Graças as pesquisas realizadas, os historiadores aprenderam a manusear esta versátil ferramenta. Aprenderam a explorar de maneira menos ingênua todos os recursos que ela pode oferecer. Não apenas os seus editoriais ou artigos de opinião. Mas também as cartas dos leitores, o noticiário, os anúncios, os obituários, as propagandas, ou seja, o desenrolar da vida cotidianamente relatada nas páginas dos jornais.

Fontes utilizadas

Jornal **A Província de São Paulo**, ano 1876 – São Paulo.

Referências Bibliográficas

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. 6ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989**. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1991.

- BARBOSA, Marialva Carlos. Cenários de transformação: Jornalismo e História no séc. XX. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 458-480, maio/ago. 2012.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Meios de Comunicação e História: elos visíveis e invisíveis. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **V Congresso Nacional de História da Mídia**. São Paulo. 31 maio a 02 de junho de 2007.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Meios de Comunicação: lugar de memória ou na história? **Contracampo**. Niterói, v. 35, nº 01, p. 7-26, abr./jul. 2016.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Imprensa e Golpe de 1964: entre o silêncio e lembranças de fatias do passado. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. 11, nº 1, jan./jun. de 2014.
- BATALHA, Cláudio H. M. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, nº 4, ago./dez. 2010.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.
- DOSSE, François. **A História em migalhas: dos Annales à Nova História**. Bauru, SP: Edusc, 2003.
- DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 1ª ed. Digital. São Paulo: Global, 2012.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. 3ª ed. Lisboa. Editorial Presença, 1989.
- HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global Ed., 1982.
- KARL, Marx. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 2ª ed. 1978, p. 323-404.
- KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1994.
- LE GOFF, Jacques. As mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro, ed. Francisco Alves, 3ª ed. 1988, p. 68-80.
- MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)** v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. (Versão eletrônica)
- REIS, José Carlos. **Escola dos Annales – a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SILVA, Sônia Maria de Meneses. **A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a Folha de São Paulo e o Golpe de 1964**. 2011(Tese de Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense.